EDITORIAL¹

O *Boletim Regional, Urbano e Ambiental* nº 24, da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea, mantém o mesmo formato de estrutura e conteúdo das edições anteriores, sendo a primeira realizada em 2016. A publicação está dividida em quatro seções – *Ensaio*, *Opinião*, *Notas de pesquisa* e *Indicadores territoriais* –, que procuram abranger questões associadas às áreas regional, federativa, urbana e ambiental. Com essa diversidade temática, pesquisam-se interfaces que orientem uma ação pública mais efetiva, eficaz e eficiente no país. A perspectiva territorial é o elemento central e convergente das avaliações e proposições apresentadas neste boletim. Os ensaios são textos analíticos ou interpretativos que versam sobre determinado assunto, geralmente, mas não necessariamente, de forma menos aprofundada que um tratado formal ou acabado. O texto de opinião aborda temas de destaque para a Dirur/Ipea. As notas de pesquisa são relatos e/ou resultados preliminares de pesquisas em desenvolvimento na Dirur/Ipea. Os indicadores temáticos, por fim, trazem dados macrorregionais/estaduais atualizados periodicamente, com a intenção de construir séries históricas para a realização de análises específicas.

A primeira seção deste boletim é composta por seis ensaios voltados para temas regionais, três sobre desenvolvimento urbano e quatro relacionados à agricultura e ao meio ambiente. No primeiro ensaio, *Uma análise em nível de firma do investimento indústria*, Bruno de Oliveira Cruz analisa o comportamento recente do investimento industrial e sua relação com o progresso tecnológico e a adoção de novas tecnologias e busca entender por que existem picos de investimentos e períodos em que as firmas ficam sem investir.

No ensaio seguinte, Kalinca Léia Becker realiza *Uma análise da distribuição regional do Fundeb em 2007 e 2017*. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) foi instituído em 2007 com vigência até 31 de dezembro de 2020, para garantir um investimento mínimo por aluno e também promover a distribuição dos recursos em todo o território nacional. Assim, o estudo contribui para a discussão sobre o aprimoramento da lógica de distribuição e alocação dos recursos do fundo, comparando com o produto interno bruto (PIB) *per capita* dos municípios brasileiros.

O terceiro ensaio lança *Um olhar territorial para o mercado de trabalho no Brasil (2002-2018)*, no qual Fernando César de Macedo e Leonardo Rodrigues Porto analisam a dinâmica regional do mercado formal em dois momentos. O primeiro, de 2002 até 2014, caracterizou-se por crescimento econômico e elevação dos postos de trabalho; e o segundo, entre 2015 e 2018, foi marcado por recessão e aumento do desemprego. Em *Propagação*

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/brua24edit>

geográfica da Covid-19 e o fechamento das fronteiras terrestres amazônicas, Maria Nunes aborda algumas consequências da falta de articulação dos países amazônicos no fechamento de suas fronteiras terrestres e na adoção das medidas de restrição da circulação e da mobilidade transfronteiriça, em função da emergência sanitária mundial instaurada.

No quinto ensaio, Rodrigo Luis Comini Curi, Luís Gustavo Vieira Martins e Marco Aurélio Costa realizam *Uma caracterização dos municípios sem declarações de receitas anuais na base Finanças do Brasil – Dados Contábeis dos Municípios (2013 a 2018)*. A situação socioeconômica desses entes pode ser associada ao perfil e à dinâmica das suas fontes de recursos e à sua capacidade de gasto; logo, quando essas informações se mostram confiáveis, abrangentes e de fácil acesso, podem contribuir para que a elaboração e a implementação de políticas públicas nos municípios brasileiros se tornem mais efetivas.

Fechando os ensaios sobre temas regionais, Rodrigo Portugal analisa *A atuação governamental em São Gabriel da Cachoeira no Amazonas durante a crise da Covid-19*, uma vez que o município foi um dos principais pontos de proliferação do vírus. A disseminação da doença nesse município ameaça de extinção certas etnias que vivem no seu território, que faz fronteira com a Venezuela e a Colômbia, colocando em risco culturas, línguas e hábitos ancestrais.

Com referência ao desenvolvimento urbano, este boletim apresenta três ensaios. Em *A viabilidade do imposto sobre o valor da terra: análise teórica e empírica, e seu contexto na reforma tributária*, Claudia M. De Cesare, Cintia Estefânia Fernandes, Gelson Santos Oliveira e Pedro Humberto B. Carvalho Junior analisam a proposta de substituir o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) no Brasil por um imposto sobre o valor da terra, considerando aspectos legais, questões relativas à sua implementação e benefícios potenciais. A seguir, em *A dimensão transfronteiriça nas ligações internacionais entre cidades: comentários sobre uma nova informação da Regic 2018*, Rosa Moura, Gustavo Ferreira e Liria Nagamine fazem observações acerca da relevância das ligações internacionais na configuração de arranjos transfronteiriços e em sua importância na rede urbana brasileira e também apontam os elementos mais desafiadores na gestão desses espaços. Por fim, para fechar o bloco, temos o ensaio *Para ficar em casa é preciso ter casa: a Covid-19 e o direito à moradia no Brasil*, de autoria de Nino Rafael Medeiros Krüger, Caroline Krüger e Gustavo Henrique Soares Ferreira. Neste estudo, os autores observam que no momento em que as autoridades sanitárias apontam a necessidade do isolamento físico como estratégia para a contenção do vírus da Covid-19, destacando a importância de hábitos de higiene, grupos que não têm o direito a saneamento e moradia garantido são mantidos em áreas com precária infraestrutura urbana. Assim, o ensaio indica vários instrumentos constantes dentro da legislação que podem ser colocados em ação, de modo que os governos municipais passem a utilizá-los durante o período pandêmico como meio para defender tais grupos.

Os últimos quatro ensaios abordam as atividades agropecuárias e os recursos naturais. José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho descreve as ações do *Núcleo de Estudos de Economia Agrícola (NE²AGRO Ipea-Mapa)*. Trata-se de um grupo de pesquisa vinculado ao Ipea que busca apoiar e subsidiar a tomada de decisão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) na formulação e na avaliação de políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento do setor agropecuário.

Na sequência, Rogério Edivaldo Freitas analisa as *Exportações agropecuárias brasileiras nos grandes mercados*, identificando os produtos de maior demanda daqueles mercados junto

à oferta brasileira no curto prazo recente (2015-2019). Em *Assistência técnica e extensão rural no Brasil: uma análise do censo agropecuário de 2017*, Caroline Nascimento Pereira e César Nunes de Castro analisam se os produtores agrícolas brasileiros buscam orientação técnica, identificando também a fonte escolhida.

Finalizando a sequência de estudos sobre agricultura, temos o ensaio *A comunicação corporativa e as políticas de combate às mudanças climáticas: teorias, perspectivas e uma avaliação do uso das redes sociais no caso do Brasil*, no qual Maria Bernadete Sarmiento Gutierrez analisa de que forma as empresas têm utilizado formas diferentes de comunicação a fim de disseminar informações sobre as ações no combate ao aquecimento global no Brasil.

Na seção *Opinião*, intitulada *Aproveitamento energético de resíduos: um mercado que não se pode descartar*, Amaro Olímpio Pereira Junior, professor e coordenador do curso de doutorado em planejamento energético do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia (Coppe), destaca esse promissor mercado para o Brasil, em virtude da disponibilidade de recursos naturais e de resíduos, evidenciando o potencial de geração de emprego e renda por meio de produtos sustentáveis, além dos possíveis ganhos com o comércio internacional.

A seção *Notas de pesquisa* contém sete relatos. No primeiro, Marco Aurélio Costa e Sara Rebello Tavares investigam *O panorama atual do Brasil metropolitano: o acompanhamento dos arranjos espaciais institucionalizados do projeto Governança Metropolitana no Brasil*, por meio das informações sistematizadas periodicamente pelo projeto na plataforma Brasil Metropolitano. Zenaide Rodrigues Ferreira e José Eustáquio Vieira Filho apresentam a linha de pesquisa *Irrigação e diversificação da riqueza*, com o intuito de se aprofundar em temas correlatos da economia agropecuária brasileira, mas fundamentalmente no Semiárido, região que engloba o maior bolsão de pobreza do país. Em *Condicionantes da exportação da pecuária de leite brasileira*, Felipe Pinto da Silva e José Eustáquio Vieira Filho buscam analisar quais são os principais condicionantes para o mercado internacional de lácteos e em que contexto se insere a economia brasileira.

Em *Estudo comparado de organização e adensamento de cadeias produtivas e seus indicadores: uma análise das câmaras setoriais entre 1991 e 2017*, Maicon Gonçalves Monteiro, Helinton José Rocha e Marlon Vinícius Brisola compararam os principais indicadores de desempenho das cadeias da cachaça, fibras naturais e de ovinos e caprinos com os indicadores das cadeias do algodão e de aves e suínos com vistas a identificar a eficácia das políticas públicas decorrentes das demandas e estratégias do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) que afetaram o desempenho do setor.

Por fim, os últimos três relatos das *Notas de pesquisa* tratam do desenvolvimento urbano. Marco Aurélio Costa e Lizandro Lui analisam *O apoio à construção de uma política nacional de desenvolvimento urbano*, tendo como referência os marcos legais relativos à política, em especial após a Constituição Federal de 1988, abordando também a questão territorial no contexto do federalismo brasileiro e as iniciativas associadas à efetivação do direito à cidade. Por sua vez, Jean Marlo Pepino de Paula faz algumas reflexões das *Concessões e parcerias público-privadas no desenvolvimento urbano* no contexto da formulação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU). Em *Reverendo o valor das infraestruturas urbanas*, Jean Marlo Pepino de Paula evidencia a necessidade de rever, resgatar ou redefinir a forma de apropriação das infraestruturas e aparelhos urbanos básicos para o desenvolvimento humano.

A última seção do boletim, *Indicadores territoriais*, traz séries de dados atualizados, regionais, federativos, urbanos e metropolitanos, e ambiental, permitindo acompanhar as principais variáveis para análise de diversos temas. Assim, somos gratos aos coordenadores Júlio César Roma, Marco Aurélio Costa e Márcio Bruno Ribeiro, que, com suas respectivas equipes, contribuíram para essa seção.

Prestamos nossos agradecimentos também aos colegas do Ipea que atuaram voluntariamente como pareceristas dos ensaios desta edição.

Que tenham todos e todas uma boa leitura!

O Editor